

**ATA DA 25ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

DATA: 17/04/2002

Início: 9:25 h

Término: 17:00 h

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente: Júlio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: (ausência justificada)
Ministério da Integração Nacional: Demetrios Christofidis (demetrios.christofidis@integracao.gov.br)
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República: Victor Carvalho Pinto (victorcp@planalto.gov.br)
Agência Nacional de Águas: Jair Sarmento da Silva (jairsarmento@ana.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Sudeste: Luiz Roberto Moretti (cbh-pcj@merconet.com.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - região Nordeste: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Vanessa Tafla (vtafla@lacazmartins.com.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonali@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Cristina Yuan (crisyuan@ibs.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira Passos (lppassos@algar.com.br)
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Fernando Antônio Rodrigues Netto (daeebpb@terra.com.br)
Organizações não governamentais: (ausência justificada)

CONVIDADOS:

Célia Cristina Moura Pimenta - ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis - ANA (dalvacireis@ana.gov.br)
Décio Michellis Jr. - Enerpeixe (rela@zaz.com.br)
Flavia Gomes de Barros - ANA (fbarros@ana.gov.br)
Francis Priscilla Vargas Hager - SRH/MMA (ffvargas@terra.com.br)
Gustavo O. Campos (gocampos@zipmail.com.br)
Gustavo Henrique de Araújo Eccard - SEMARH/DF (gustavoeccard@ig.com.br)
João Carlos Simanke de Souza (jsimanke@sabesp.com.br)
Kelly Cristina Silva - IGAM/MG (kelina@uai.com.br e outorga@igam.mg.gov.br)
Marcio Rosa Rodrigues de Freitas - SEMA/RS (marciorrff@sema.rs.gov.br)
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (vargasma@zaz.com.br)
Maria de Lourdes Pereira dos Santos - CVRD (iude@cvr.com.br)
Maria Gravina Ogata (mgocon@atarde.com.br)
Mônica Tavares Rocha - SRH/MMA (mrocha@snrh.gov.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson - IBRAM (tita@net.em.com.br)
Rebeca Bezerra de Magalhães - CNA (rebecabrasil@zipmail.com.br)
Roberto Alves Monteiro - SRH/MMA (roalmon@ig.com.br)
Rosana Garjulli - ANA
Valéria Almeida Lopes de Faria - CEMIG (vfaria@cemig.com.br)

RELATORES:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia dezessete de abril de 2002, o Dr. Júlio Thadeu, Presidente desta Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, deu início à 25ª Reunião da mesma. Deu boas vindas a todos e lembrou que, durante a 23ª Reunião desta Câmara Técnica (CT), foi discutido o cronograma de atividades para o ano de 2002 o qual contemplou inclusive, a priorização dos trabalhos; salientou que novas demandas podem ser encaminhadas pelas outras CTs ou pela própria Plenária do CNRH. Dito isto, mostrou sua preocupação quanto ao acúmulo de trabalhos na CT e a possibilidade da ocorrência de atrasos nos trabalhos e propôs três formas de evitar o problema: realização de reuniões com dois dias de duração, adoção de prazos menores entre reuniões e/ou criação de grupos de trabalho com tarefas específicas. Salientou a possível ocorrência de reunião ordinária do

Conselho no final do mês de maio e propôs os dias 14 e 15 de maio para realização da próxima reunião da CT; justificou as datas com a possibilidade de inclusão, na citada reunião do CNRH, de assuntos em regime de urgência, permitidos pelo Regimento Interno com dez dias de antecedência à reunião. O Dr. Moretti lembrou a realização de evento do Fórum de Comitês entre os dias 20 e 23 de maio. O Dr. Júlio propôs também a criação de Grupo de Trabalho para elaboração do Glossário de Termos Técnicos sobre Recursos Hídricos. A Dra. Sonáli sugeriu que a criação de Grupos de Trabalho seja estudada durante a reunião, de acordo com a evidência da necessidade, o que foi aceito por todos. Neste momento, o Dr. Júlio solicitou a apresentação de propostas de alteração na pauta da reunião. O Dr. Jair referiu-se ao artigo 8º, da Resolução CNRH nº 5, de 2000, o qual, segundo o mesmo, está se constituindo em obstáculo ao andamento do processo de implementação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Com isso, propôs que o item 6 da pauta, que trata da "Revisão da Resolução nº 5, do CNRH", seja o item 3, logo após "Abertura" e "Aprovação da Ata da 24ª Reunião". O Dr. Fernando concordou mas salientou que gostaria de esforço para revisão completa da Resolução nº 5. Após aprovação da nova ordem da pauta, foi colocada em discussão a Ata da 24ª Reunião desta CT a qual foi aprovada sem modificações. Dando prosseguimento, a revisão da Resolução nº 5 passou a ser o próximo assunto a ser discutido e foi consenso iniciar-se pelo artigo 8º. Com isso, o Dr. Jair solicitou à Dra. Rosana que apresentasse e fundamentasse a proposta de alteração do artigo 8º (**Anexo II**). A Dra. Rosana fez um histórico dos trabalhos de implementação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e focalizou o problema, relativo ao artigo 8º, nas normas e procedimentos para o processo eleitoral e citou, como dificuldade, a exigência de outorga em vigência. Salientou a necessidade de definições quanto à participação dos usuários que não têm outorga e que a proposta de alteração não pretende retirar a necessidade de outorga, mas dar mais prazo para que os usuários se regularizem. Foram feitos questionamentos quanto ao prazo a ser dado e quem definiria os mesmos, além da maneira como os usuários não outorgados participariam no momento inicial. O Dr. Fernando salientou não ver sentido em cercear a participação nos Comitês em função da outorga e ainda, que a fiscalização das outorgas não é papel do Comitê; finalizou salientando a necessidade de cadastro de usuários. O Dr. Jessé destacou como oportuna a definição de usuário como quem está cadastrado. Foi consenso a maior necessidade, neste caso, do cadastro de usuários em relação às outorgas. O Dr. Júlio lembrou que a exigência de outorga, além de obrigar a regularização dos usuários, demanda uma maior organização dos órgãos gestores; em seguida resumiu o que, na sua opinião, estaria se tornando consenso nas discussões: necessidade de prazo máximo para regularização das outorgas, definido pelo órgão gestor competente ou, que se substitua a exigência de outorga pela exigência de cadastro dos usuários de água da bacia. A Dra. Rosana salientou que, nos Estados que fazem parte da bacia, a outorga não é exigência nos processos de criação de Comitês. O Dr. Jair ponderou sobre as posições referentes ao artigo 8º, em consolidação na reunião: manter a exigência de outorga, que pode ser um empecilho à ampla participação e, retirada da exigência de outorga que, por sua vez, pode imprimir uma característica negativa ao sistema. Finalizou propondo a supressão da letra "a", inciso IV, da proposta apresentada para o artigo 8º e justificou salientando que o momento é de incentivo à participação. A Dra. Maria de Lourdes explicitou que o fato de ter outorga não quer dizer ter representatividade, que é o que está se buscando; salientou que a supressão da letra "a" implica na supressão também da letra "b" e ressaltou o cadastro de usuários como indicador de representação. O Dr. Fernando sugeriu que os prazos para regularização das outorgas sejam estabelecidos por deliberação do CNRH. O Dr. Moretti opinou que os não outorgados não deveriam participar mas que, neste caso, concorda com a participação com definição de prazo para regularização. O Dr. Roberto Monteiro propôs, em função das preocupações com participação e legitimidade, a retirada das condicionantes à participação ou seja, a retirada da exigência de outorgas. Com o consenso da retirada da exigência de outorga, na proposta de alteração do artigo 8º, o Dr. Júlio sugeriu a criação de um grupo de trabalho para, durante o intervalo de almoço, elaborar a redação final para a referida proposta. A Dra. Aparecida solicitou a inserção de alteração visando garantir a participação dos Comitês de sub-bacias hidrográficas no Comitê da bacia principal. O Dr. Júlio propôs que o grupo de trabalho trate também deste assunto. A Dra. Cristina Yuan salientou a necessidade de se proceder a uma revisão total da Resolução nº 5 e, para esse momento, analisar as implicações da alteração do artigo 8º no restante da Resolução. O Dr. Júlio solicitou a formação do referido grupo de trabalho e, após a composição do mesmo, às 12:00 horas, propôs pausa para almoço. Os trabalhos foram reiniciados às 13:50 horas e o Dr. Roberto Monteiro assumiu temporariamente a condução da reunião. Com isso, o Dr. Roberto

solicitou à Dra. Flavia que apresentasse a proposta de redação do artigo 8º, elaborada pelo grupo de trabalho. A Dra. Flavia apresentou a proposta de redação e salientou a necessidade de revisão da mesma, quando da revisão global da Resolução nº 5; relatou a decisão do grupo de não incluir, neste momento, a proposta de alteração apresentada pela Dra. Aparecida. O Dr. Roberto colocou em discussão a forma de continuação dos trabalhos de revisão da Resolução nº 5. A Dra. Patrícia lembrou a proposta inicial de se discutir toda a Resolução nº 5. A Dra. Rosana salientou sua preocupação de que isso impeça o encaminhamento, ao CNRH, em sua próxima reunião, da proposta de alteração do artigo 8º. A Dra. Sonáli ressaltou que, no seu entendimento, o encaminhamento da proposta de alteração do artigo 8º já está assegurado. O Dr. Júlio assumiu a coordenação dos trabalhos. Foram propostas alterações à redação elaborada pelo grupo de trabalho e aprovada a versão final da proposta de alteração do artigo 8º da Resolução CNRH nº 5 (**Anexo III**). Com relação à proposta de alteração encaminhada pela Dra. Aparecida, o Dr. Júlio propôs que o assunto seja discutido dentro da análise da Resolução nº 5. A Dra. Aparecida concordou. O Dr. Júlio solicitou definição quanto à forma de continuidade dos trabalhos de revisão da Resolução nº 5: criação de Grupo de Trabalho específico ou como pauta em reuniões da Câmara Técnica. Foi consenso a realização de reunião da Câmara Técnica, com pauta exclusiva para revisão da Resolução nº 5, para os dias 14, 15 e 16 de maio do corrente ano. Também foi acordada a data de 3 de maio para envio, à Secretaria Executiva, de propostas de alteração, para consolidação e posterior encaminhamento. Assim sendo, o Dr. Júlio pôs em discussão o próximo item da pauta: proposta de resolução enviada pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (**Anexo IV**). Lembrou a necessidade de compatibilização com a Resolução CNRH nº 17 e o Dr. Simanke, Presidente da CT em questão, garantiu que foi observada a compatibilidade ressaltada. Após a discussão de propostas de alteração à redação do documento em questão, o mesmo foi aprovado sem modificações. Dando prosseguimento, o Dr. Júlio passou ao próximo item da pauta: elaboração de proposta de composição para a recém-criada Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos (**Anexo V**). Referindo-se aos procedimentos de solicitação, aos Conselheiros, de manifestação de interesse de participação na citada CT, lembrou os problemas ocorridos relativos ao não recebimento do e-mail contendo a respectiva correspondência; com isso, justificou a mudança da data final de recebimento das respostas do dia 10 para o dia 15 do mesmo mês de abril, e o envio de novo e-mail. Salientou também que, com referência aos que não se manifestaram, a Secretaria Executiva fez ligações telefônicas para confirmação de recebimento e, em alguns casos, providenciou novo envio da correspondência, via fax. O Dr. Jair manifestou estranheza ao não interesse de participação por parte da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República - SEDU. O Dr. Vitor, representante da SEDU nesta CT, relacionou o ocorrido à falta de recursos humanos; entretanto, salientou que a SEDU estará participando das reuniões e dos trabalhos da referida CT. A Dra. Aparecida lamentou a manifestação de interesse de somente dois representantes dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. A Dra. Cristina Yuan considerou que seria interessante a participação, nessa CT Cobrança, de representantes das organizações técnicas de ensino e pesquisa, visto o conhecimento técnico e especializado destas organizações e a contribuição que poderiam aportar na análise dos critérios de cobrança a serem propostos pelos Comitês. Defendeu também a necessidade de que, na CT Cobrança, todos os seis segmentos dos usuários estivessem representados, dado o interesse e relevância do escopo da CT para os usuários da água. Após discussões, durante as quais foram levados em consideração os critérios explicitados no artigo 24 do Regimento Interno e, em função dos relatos do Dr. Júlio, considerada como data final o dia 15 de abril, houve consenso para o preenchimento de 12 das 13 vagas; a decisão da última vaga, entre a inclusão do Ministério da Agricultura ou dos Hidroviários, foi decidida, em votação, a favor do Ministério da Agricultura. A proposta de composição a ser encaminhada à Plenária do CNRH encontra-se anexo (**Anexo VI**). Neste momento, a Dra. Maria de Lourdes solicitou registro quanto ao ocorrido no dia anterior, 16 de abril de 2002, quando da realização da 13ª Reunião da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia, ou seja: o segmento Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas enviou seu voto, por e-mail, para eleição do Presidente desta CT e indicou, como representante na reunião, a Dra. Diane Rangel, da Agência Nacional de Águas - ANA. A Dra. Aparecida, Conselheira suplente representante do segmento acima citado, relatou que o fato ocorreu em função da dificuldade em enviar representante para a referida reunião e que, inclusive, tentou indicar o Dr. Décio Michellis, mas o mesmo não estava em Brasília na ocasião. Quanto à indicação de representante, observou não ter indicado um representante da ANA mas sim, a pessoa física Dra. Diane

Rangel, a qual tem um histórico grande no segmento, desde o Consórcio dos rios Santa Maria e Jucú; salientou que a Dra. Diane faz parte de uma lista de três nomes, juntamente com o Dr. Paulo Paim e o Dr. João Jerônimo, que até representariam melhor o segmento. Em relação ao envio de voto por e-mail, esclareceu que, caso entendesse o mesmo como válido, não teria indicado um representante. Lamentou, ainda, que assuntos pertinentes a outras Câmaras Técnicas venham a ser discutidos na CTIL e alertou para a possibilidade da mesma vir a se tornar um pequeno tribunal de todas as outras CTs. O Dr. Júlio salientou que o assunto em questão não é contemplado no Regimento Interno e sugeriu que, em função do ocorrido, dois assuntos precisam ser discutidos quando da revisão do mesmo: a questão do Conselheiro ausente ter direito a manifestação (nesse caso voto) e a possibilidade, apesar de não ser esse o caso em questão, de dois segmentos terem o mesmo representante. O Dr. Jessé salientou que, legalmente, o Conselheiro pode nomear o representante que lhe convir, respeitada a questão ética; finalizou ressaltando a necessidade de discussão referente ao voto de Conselheiro ausente. A Dra. Maria de Lourdes questionou a pauta para a próxima reunião desta Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Foi confirmada prioridade para a "revisão da Resolução nº 5" e, com relação à data para a referida 26ª Reunião, os dias 14, 15 e 16 de maio deste ano. A Dra. Cristina Yuan solicitou informações sobre o trabalho de elaboração de versão 1 de proposta de resolução sobre cobrança, o qual teria sido realizado pelo Grupo de Trabalho, criado na reunião anterior. O trabalho foi então distribuído aos presentes, pela Secretaria Executiva, e o Dr. Júlio solicitou o envio de contribuições ao mesmo. Dando prosseguimento à reunião, o Dr. Júlio leu documento enviado pela Consultoria Jurídica do Ministério (**Anexo VII**), em resposta à solicitação, encaminhada pelo Conselheiro Mauro Viegas, referente à possibilidade de prorrogação do mandato dos Conselheiros do CNRH, por seis meses. Por oportuno, lembrou que o Decreto que propõe o aumento do número de membros do Conselho, propõe também a prorrogação do mandato dos atuais Conselheiros por um ano e meio e elege os novos com mandato de três anos; desta forma, salientou, fica assegurada a substituição de 50% do Plenário do Conselho, a cada um ano e meio. Feitas essas observações, às 17:00 horas, o Dr. Júlio encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de todos.

JÚLIO THADEU S. KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
WILSON DE AZEVEDO FILHO
Relatores